



SEMINÁRIO NACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTRA A VIOLÊNCIA E A IMPUNIDADE

"Lutamos pela paz, justiça e soberania"

Carta do Seminário dos Povos e Comunidade Tradicionais

O II Seminário Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais Contra a Violência e a Impunidade, reuniu povos e comunidades tradicionais que vivem no contexto de extrema violência em função de conflitos com o capital e o Estado e em defesa dos seus territórios e modos de vida. O seminário foi organizado pela Campanha Contra a Violência no Campo e a Articulação das Pastorais do Campo.

Realizado nos dias 25 a 27 de novembro de 2025, em Brasília-DF, com objetivo de denunciar a violência, a grilagem e a impunidade decorrentes de conflitos territoriais com o capital, buscando fortalecer as capacidades de autodefesa, incidência política e resiliência das comunidades indígenas e populações tradicionais.

Os testemunhos vindos das comunidades são dramáticos e narram muitas situações pessoais e coletivas de violações de direitos humanos básicos contra os povos da terra, das águas e das florestas. Os conflitos permanecem em evidência: assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, invasão dos territórios, uso do agrotóxico como arma química, vigilância armada, aliciamento de lideranças, privatização do mar, do mangue... centenas de pessoas vivem ameaçadas de morte e não se sentem seguras, mesmo vinculadas a programas estatais de proteção a defensores(as) dos direitos humanos e do meio ambiente. Diante da ausência de uma política eficaz de proteção e segurança do Estado, as comunidades criaram estratégias de solidariedade, dentre as quais destacamos as estratégias comunitárias de autoproteção.

Esse quadro torna um contorno ainda mais drástico quando observamos a crescente ofensiva do capital, muitas vezes amparado na pauta verde e na transição energética, com o apoio expressivo do congresso nacional seguem a ofensiva violenta contra os povos, as comunidades e a natureza. Os PLs da devastação, da grilagem, o marco temporal são alguns dos instrumentos que revelam a trama e a aliança entre o Capital e o Estado.

As reflexões, críticas e sugestões levantadas ao longo do seminário convergiram na linha do enfrentamento de algumas matrizes da violência relativamente intangíveis ao longo deste século que, didaticamente poderiam identificar em cinco tópicos merecedor de maior prioridade:



SEMINÁRIO NACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTRA A VIOLÊNCIA E A IMPUNIDADE

"Lutamos pela paz, justiça e soberania"

1. Reconhecimento e efetivação dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais e do público beneficiário das políticas de reforma agrária; Condição indispensável a este reconhecimento passa também pela erradicação da grilagem de terra pública;
2. A defesa ambiental vinculada às políticas agrícolas, para o que se sugere o zoneamento ecológico condicionado ao Plano Safra de transição verdadeiramente de base ambiental.
3. Qualificar os mecanismos de proteção dos defensores de direitos humanos e ambientais, para que sejam capazes de garantir, efetivamente, a vida e a segurança desse público e seus familiares.
4. Instituir ritos e mecanismos de urgência para tratar de crimes e de ameaças contra populações do campo, das águas e das florestas, grupos sociais vulneráveis e historicamente distantes dos centros políticos e institucionais, rompendo com o ciclo da impunidade;
5. A utilização mais frequente e incisiva de ações junto ao STF e demais organismos colegiados do poder judiciário, em defesa dos povos e comunidades tradicionais e da reforma agrária.

Representantes de povos e comunidades tradicionais, não obstante dramática violência testemunhada e até vivida pessoalmente, alimentam a sua luta e esperança na justiça social e nos direitos, para o que clamam por ações solidárias e coerentes com a defesa da vida, da manutenção dos seus modos de viver e da defesa da "Casa Comum".

Brasília, 27 de novembro de 2025.

Campanha Contra a Violência no Campo